

Escrituras para chacareiros devem sair no início do ano

GUSTAVO REJANI

Itaquareia desiste de atividade mineradora na área e facilita solução definitiva para o caso que se arrasta há anos

A Itaquareia desistiu da atividade mineradora na Chácara Santo Ângelo, onde moram 344 famílias de produtores. Com isso, conforme informou o superintendente do Inbra de São Paulo, Wellington Monteiro, o caminho está livre para a desapropriação dos 576 hectares, que deve acontecer neste ano. A expectativa, portanto, é de que no início de 2014 os chacareiros recebam as escrituras de suas terras. Ontem, uma comitiva mogiana participou de audiência pública na Câmara Federal. **CIDADES | 3**



'VIZINHO INCÔMODO' Famílias que moram no entorno do piscinão do Parque Santana estão às voltas com o espaço abandonado e precário

MOGI DAS CRUZES, QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2013

O DIÁRIO

CIDADES | 3

AUDIÊNCIA Itaquareia desiste da atividade mineradora na Chácara Santo Ângelo, beneficiando 344 famílias de produtores da área

Desapropriação deve sair este ano

DANILO SANS

A Mineradora Itaquareia desistiu da atividade de mineração na Chácara Santo Ângelo, onde moram - segundo dados atualizados - 344 famílias de produtores, equivalentes a 1,5 mil pessoas. A novidade foi informada ontem, durante audiência pública realizada na Câmara Federal, em Brasília, pelo superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) de São Paulo, Wellington Diniz Monteiro. Na prática, a desistência pela exploração da área deixa o caminho livre para a desapropriação dos 576 hectares, o que deve acontecer, segundo Monteiro, até o final deste ano.

Um dos maiores entraves para o término do processo, iniciado em 2008, era justamente o parecer desfavorável emitido pelo Ministério de Minas e Energias (MME), por conta do prejuízo financeiro que isso representaria à mineradora. "A empresa abre mão do direito de exploração mineral e facilita para o Inbra no processo de desapropriação. É um passo muito importante no nosso diálogo com o MME", destaca Monteiro.

A coordenadora-geral do Desenvolvimento Socioambiental na Mineração do MME, Dione Macedo, afirmou que já não existe mais impedimento legal e será possível manter, de forma pacífica, a atual atividade mineradora da Itaquareia na área e as propriedades rurais dos futuros assentados.

O valor da desapropriação ainda não está fechado, mas deve variar entre R\$ 5,7 milhões e R\$ 14,2 milhões, que são, respectivamente, os preços mínimo e máximo avaliados pelo Inbra para a área.

Outro ponto importante ressaltado na audiência dá conta de que o valor será pago em juízo pelo Inbra à mineradora, já que existe um imbró-



MAIS UM CAPÍTULO Bertaiolli fala durante audiência pública observado por Dione, Junji, Wellington e Gondim, em Brasília

glio sobre a titularidade das terras. "O domínio da área ainda está com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, mas a posse é da Itaquareia", diz Monteiro.

Mesmo com a garantia do Inbra de que o final do processo depende apenas de algumas "questões jurídicas", deve ser marcada (ainda sem data definida) uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Viegas Vargas, que segundo o deputado Paulo Teixeira, do PT, "é importante para coroar todo este processo".

Acordo

Além das 344 famílias de produtores rurais, outros 800 posseiros da Chácara Santo Ângelo, em Jundiapéba, serão regularizados em um processo que corre paralelamente ao de reforma agrária movido pelo Inbra.

Conforme afirma o prefeito Marco Bertaiolli (PSD), que participou da audiência, a Itaquareia aceitou ceder o terreno de 750 mil metros quadrados à Prefeitura. Após os processos, as áreas receberão, tanto do Inbra como da Administração Muni-

cipal, subsídios para a implantação de infraestrutura - água, iluminação pública, ruas internas e políticas públicas para escoamento da produção.

A audiência foi organizada e presidida pelo deputado federal Junji Abe (PSD) e teve a participação do deputado estadual Luiz Carlos Gondim Teixeira (Solidariedade) e dos vereadores da Comissão Especial de Vereadores (CEV) da Câmara de Mogi formada para acompanhar o caso dos chacareiros.

Prefeito prevê entrega de títulos de posse no início de 2014

O prefeito de Mogi, Marco Bertaiolli (PSD), teme que a situação dos chacareiros da Chácara Santo Ângelo, em Jundiapéba, se perca entre promessas de assentamentos que até o momento não se concretizaram e fez alerta durante audiência pública realizada ontem, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara Federal. "Se essa desapropriação não acontecer, o processo de reintegração de posse movido pela Itaquareia pode ter parecer favorável à mineradora e nós teremos uma reedição do que aconteceu no Pinheirinho", bairro de ocupação irregular em São José dos Campos, que foi reintegrado, em janeiro do ano passado, sob ação bastante violenta da Polícia Militar, onde dezenas de pessoas ficaram feridas.

O alerta foi feito diretamente ao superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) de São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, que, por sua vez, destacou a celeridade com que o processo está sendo tratado. "Esperamos que até o final do ano já tenhamos o decreto presidencial assinado para que, no início de 2014, nós possamos entregar os títulos de posse aos produtores daquela área", disse.

A forma de assentamento a ser implantado pelo Inbra em Jundiapéba deve ser utilizada como modelo a ser replicado em outros pontos do País. Isso porque, conforme explicou Monteiro, além de ser uma das maiores áreas passíveis de assentamento, a Chácara Santo Ângelo já está ocupada há pelo menos 30 anos e existe produção agrícola no local, quando a regra é a desapropriação de terras "nuas" que são, posteriormente, entregues a produtores. (D.S.)